

Gazeta prejudica pauta de votações

Apesar da convocação extraordinária, deputados e senadores não têm participado das sessões. Com esse ritmo, será difícil que consigam, mesmo no esforço concentrado previsto para a semana que vem, concretizar a intenção de limpar a pauta para a próxima legislatura e votar projetos de interesse do Governo, como o das concessões e o que regulamenta a Constituição estabelecendo um teto de, no máximo, 60% da receita líquida para as despesas com pagamento do funcionalismo.

“Não entendo o motivo da convocação extraordinária. Vão dizer que estamos recebendo dinheiro público sem fazer nada”, reclamou ontem o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) na sessão do Senado que, novamente submetida ao boicote de alguns parlamentares, não conseguiu aprovar o nome de Péricio Arida para a presidência do Banco Central.

Deputados e senadores estão recebendo, em duas parcelas, R\$ 2,4 mil pela convocação extraordinária. A primeira delas

foi paga quando começou a convocação no dia 16 de dezembro. A segunda será paga no dia 31 aos que tiverem comparecido a dois terços das sessões. Na Câmara, tanto as sessões quanto os deputados dentro do plenário são fatos raros. Desde o dia 16, a Câmara realizou seis sessões e não foi aprovado sequer um único projeto.

Poucas sessões — O Congresso Nacional realizou três sessões. A primeira delas foi a de instalação da convocação. A segunda votou o orçamento e os créditos suplementares para o Orçamento de 94, e a terceira foi a de posse do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Senado teve 11 sessões ordinárias e nove extraordinárias. Em uma delas, por exemplo, foi votado o projeto que denomina Luís Fausto de Medeiros um município do mesmo nome no Rio Grande do Norte, substituindo o nome anterior que era Porto-Ilha de Areia Branca. Em outras sessão foi votado o projeto que instituiu o dia do petroquímico.